



Sobre o reconhecimento e compreensão de metáforas

On recognition and comprehension of metaphors

Edgar MARQUES
UERJ/CNPq

Resumo

Meu principal objetivo no presente trabalho consiste em refletir, a partir das concepções de alguns teóricos como Searle e Davidson, acerca do que são as metáforas e de quais são os critérios que empregamos ao reconhecê-las e interpretá-las.

Palavras-chave: metáfora, interpretação, filosofia da linguagem, Davidson, Searle

Abstract

My main concern in this paper is, relying on the conceptions of some thinkers like Searle and Davidson, to reflect about what metaphors are and about the criteria we use to recognize and interpret them.

Keywords: *metaphor, interpretation, language philosophy, Davidson, Searle.*

Pretendo, neste trabalho, discutir algumas questões teóricas relativas à identificação de enunciados como possuidores de um sentido metafórico e à compreensão do sentido de tais enunciados por parte do sujeito que os interpreta. Em vez de realizar a apresentação em separado de algumas das concepções mais relevantes na área da teoria da metáfora (tais como as de Lakoff & Johnson (1980), Searle (1995) e Davidson (1992)), optei por proceder a uma ligeira revisão bibliográfica através da discussão temática das questões que, com

base na literatura estudada, julgo fundamentais para a formulação de uma compreensão adequada do fenômeno da interpretação cotidiana de metáforas.

A hipótese principal da qual parto consiste na idéia – baseada fortemente em Grice e Searle – de que tanto o reconhecimento de que um certo enunciado possui um sentido metafórico quanto a interpretação desse enunciado somente podem ser explicados no quadro de uma abordagem que recorra, por um lado, ao contexto de enunciação, e, por outro,

ao “princípio da cooperação” (Grice), que estrutura e possibilita a interação conversacional entre os sujeitos.

Na primeira seção, tratarei do conceito de metáfora, argumentando em favor das idéias de que (a) a metáfora não é uma comparação e (b) que o sentido metafórico não é redutível ao sentido literal. Na segunda seção, procurarei explicitar os princípios dos quais lançamos mão para sabermos que nosso interlocutor falou metaforicamente. Na terceira e última seção, tentarei mostrar em que medida o recurso ao contexto social de enunciação é fundamental para a determinação do sentido metafórico dos enunciados.

I

O que são as metáforas

Quando se trata de definir em que consiste a metáfora, a concepção aristotélica, que identifica a metáfora a uma comparação, impõe-se, em um primeiro momento, quase que de maneira imediata¹. Aparentemente, nada mais natural do que pensar que ao interpretarmos sentenças tais como²

- (1) Sam é um porco.
- (2) Sally é um bloco de gelo.
- (3) Richard é um gorila.

procedemos a uma comparação entre dois ou mais objetos, salientando um determinado conjunto de propriedades que eles possuiriam em comum. O sentido dos exemplos acima transcritos resumir-se-ia, então, à afirmação da subsistência de propriedades semelhantes em objetos distintos. Assim sendo, lançaríamos mão de sentenças metafóricas para falarmos acerca de mais de um objeto e destacarmos a presença neles de características comuns. Assumindo a concepção da metáfora como comparação, pode-

ríamos transcrever, de maneira estendida, o sentido metafórico expresso, de maneira contracta, nas sentenças metafóricas acima do seguinte modo:

- (1*) Sam possui a propriedade x
Porcos possuem a propriedade x
Sam e os porcos assemelham-se do ponto de vista da posse da propriedade x
- (2*) Sally possui a propriedade y
Pedras de gelo possuem a propriedade y
Sally e as pedras de gelo assemelham-se do ponto de vista da posse da propriedade y
- (3*) Richard possui a propriedade z
Gorilas possuem a propriedade z
Richard e os gorilas assemelham-se do ponto de vista da posse da propriedade z

Se a teoria da metáfora como simples comparação fosse verdadeira, deveria haver uma identidade semântica entre os exemplos de sentenças metafóricas por mim fornecidos inicialmente e os conjuntos de sentenças diretas acima introduzidos. Assim, por exemplo, o sentido expresso por (3) deveria equivaler ao sentido de (3*). Entretanto, creio, seguindo Searle, que não há aqui equivalência de sentido, pois (3*) inclui afirmações relativas não apenas a Richard, mas também a gorilas, ao passo que (3) expressa tão-somente uma certa caracterização de Richard (isto é, que ele possui a propriedade z). Enquanto (3*) compromete-se com a correção de certas descrições acerca de Richard e de gorilas, somente sendo verdadeira caso tanto o primeiro como os segundos possuam as características a eles atribuídas, (3) consiste unicamente em uma atribuição a Richard de um certo conjunto de características.

⁽¹⁾ “Metaphor consists in giving the thing a name that belongs to something else; the transference being either from genus to species, or from species to genus, or from species to species, or on grounds of analogy”, Aristóteles, *Poetics* 1457b, linhas 7 a 9. Em: Aristotle, *The Complete Works of Aristotle*, Edited by Jonathan Barnes, Princeton, Princeton University Press, 1991, Vol. II, pág. 2332.

⁽²⁾ Os exemplos que se seguem foram retirados de Searle (1995). Os argumentos centrais da crítica que apresento à concepção da metáfora como comparação foram também fundamentalmente extraídos de suas considerações.



Isso fica patente se considerarmos a possibilidade de ser falsa a afirmação de que gorilas possuem a propriedade *z* – digamos, seguindo a interpretação de Searle do sentido da sentença metafórica (3), que essa propriedade *z* seja a agressividade –. A descoberta de que gorilas não são agressivos faria com que (3*) fosse falsa, uma vez que (3*) contém inegavelmente a afirmação de que gorilas são agressivos. Essa descoberta não parece afetar, contudo, o valor de verdade de (3) da mesma maneira. Um objetor de (3) que se resumisse a afirmar a docilidade dos gorilas não teria, a meu ver, êxito na refutação de (3), pois o que (3) parece efetivamente significar é que Richard é agressivo e não que os gorilas realmente o sejam. Alguém que discordasse de (3) e quisesse provar que ela é falsa deveria exibir evidências contrárias à atribuição da característica da agressividade a Richard, e não apresentar novas descobertas da ciência em relação ao comportamento dos gorilas, pois o comprometimento de (3) é com a presença de certos traços no comportamento de Richard, e não propriamente no dos gorilas. Mostrar que gorilas não são agressivos pode ser um bom argumento contra (3*), mas não contra (3).

Se algumas das estratégias de falsificação adotadas contra (3*) não funcionam contra (3), isso parece indicar que o sentido de (3) não é idêntico ao sentido de (3*). Dessa forma, (3) não deve ser compreendido como expressando de maneira implícita o mesmo conteúdo semântico presente na comparação explícita formulada em (3*). Generalizando: metáforas não possuem o mesmo sentido que comparações.

A inadequação da teoria da metáfora como comparação fica clara também quando consideramos que em muitas das metáforas não há, ao contrário do que deve ocorrer nas comparações, uma propriedade literal – e não metafórica – comum aos referentes dos termos presentes nas sentenças metafóricas que seja relevante para a determinação do sentido da metáfora. Assim, por exemplo, apesar de qualquer falante do português entender perfeitamente o sentido metafórico de

(2) Sally é uma pedra de gelo

parece-me extremamente improvável que algum desses falantes consiga dizer quais são as propriedades das quais Sally e as pedras de gelo compartilham de forma literal – e não metafórica –, e cuja posse comum deve servir de base para a comparação entre elas.

Se alguém afirmar que o sentido dessa metáfora consiste na comparação entre Sally e as pedras de gelo em função do fato de serem ambas frias, é possível retorquir que “fria”, quando aplicada a Sally, não se refere, diferentemente do que ocorre no caso das pedras de gelo, à sua temperatura corporal, possuindo, ao contrário, um sentido metafórico – significa provavelmente que Sally é desprovida de sentimentos ou que é alguém que consegue dominar muito bem suas emoções –. Fica claro, assim, que nessa tentativa passou-se não de um discurso metafórico para uma afirmação de semelhança literal, mas sim, seguindo aqui as idéias de Lakoff & Johnson (1980), de uma metáfora particular – a de que Sally é uma pedra de gelo – a uma metáfora mais geral e estruturante de nossa cosmovisão – a de que emoções e sentimentos são quentes, e que a sua ausência é fria –. Obviamente, o esclarecimento do sentido de uma metáfora através do recurso a uma outra metáfora não pode ser tomado como um argumento em favor da idéia de que metáforas consistem em sentenças elípticas que afirmam a subsistência de uma semelhança literal entre objetos.

Se a teoria da metáfora como comparação fosse correta, então deveria ser sempre possível encontrarmos uma propriedade compartilhada em um sentido não-metafórico pelos termos da comparação. É exatamente essa condição que parece não poder ser satisfeita no caso de uma simples metáfora como (2). Não parece haver nenhuma propriedade que Sally e as pedras de gelo possuam de modo não metafórico e que possa servir de base para a metáfora em questão. Aparentemente, os pontos de vista sob os quais Sally e as pedras de gelo assemelham-se são desinteressantes para o estabelecimento do sentido dessa metáfora. Se apelarmos, por exemplo, para o fato óbvio de que as pedras de gelo não possuem sentimento – o que presumidamente as aproximaria de Sally – teríamos

de considerar que o mesmo vale para os vulcões e para o sol, sendo, contudo metáforas totalmente distintas as afirmações de que Sally é um vulcão ou de que ela é um sol. A questão é que as semelhanças encontradas acabam sendo ou desinteressantes – por não serem relevantes para a determinação do sentido específico da metáfora - ou já metafóricas. Nas palavras de Searle: “O problema é que não parece mesmo haver nenhuma semelhança literal entre objetos frios e pessoas pouco emotivas que justificasse a concepção de que, quando dizemos metaforicamente que alguém é frio, o que queremos dizer é que ele ou ela é pouco emotivo”³.

Resumindo, creio ser inadequado considerar metáforas como sendo abreviações de comparações literais pelo simples fato de que (1) as condições de verdade das metáforas e das comparações literais são distintas e (2) muitas vezes não há uma propriedade compartilhada de maneira literal pelos pretensos termos da comparação.

É partindo de considerações dessa ordem que Davidson critica a idéia de que as sentenças possam ter um sentido metafórico diverso do sentido literal⁴. Segundo ele, falar de um sentido metafórico de sentenças implica considerar que os termos presentes em tais sentenças passam a ganhar um significado estendido para além de seu significado usual, isto é, passam a significar de uma nova maneira. Assim, se, por exemplo, dizemos que

(1) Sam é um porco

possui um sentido metafórico diverso do sentido literal de que Sam é um cerdo, então ficamos comprometidos com a afirmação de que “porco” possui um

significado distinto da caracterização de um certo tipo de animal, podendo significar também um certo tipo de comportamento alimentar ou de higiene. Desse modo, segundo Davidson, essa concepção pressupõe que “ser um porco” significaria literalmente pertencer a uma certa espécie animal, mas metaforicamente poderia significar adotar um certo tipo de comportamento. Quer dizer, de acordo com ele, a postulação de que sentenças possam ter sentido metafórico está relacionada à idéia de que o significado dos termos lingüísticos pode ser ampliado, de maneira a contemplar significados diversos dos originalmente associados a esses termos.

Davidson discorda dessa concepção por julgar que ela, no final das contas, acarreta uma homogeneização indevida do discurso literal e do metafórico na medida em que simplesmente atribui aos termos lingüísticos campos de significação que podem ser ampliados sem, contudo, estabelecer diferenciações de natureza entre o modo de significação literal e o metafórico. Isto é, essa concepção traz consigo a idéia de que as palavras podem possuir um sentido metafórico, mantendo, entretanto, com esse significado a mesma relação que elas mantêm com seu significado literal. De uma certa maneira, isso equivaleria, em última instância, a identificar o fenômeno do uso metafórico das palavras ao da homonímia, o que Davidson rejeita decisivamente, pois com isso se perderia o poder criativo e sugestivo próprio das metáforas⁵.

Davidson recusa-se a aceitar a idéia de que haja sentidos metafóricos não por menosprezar o papel desempenhado pelas metáforas na linguagem, mas sim, pelo contrário, por considerar que o que as metáforas

⁽³⁾ Searle (1995), pág. 153.

⁽⁴⁾ “Este trabalho diz respeito ao que as metáforas significam, e sua tese é que as metáforas significam aquilo que as palavras, em sua interpretação mais literal, significam, e nada mais do que isso. (...) O erro fundamental contra o qual estarei investindo é a idéia de que a metáfora tem, além do seu sentido ou significado literal, um outro sentido ou significado”, Davidson (1992), pág. 35.

⁽⁵⁾ Em relação ao poder sugestivo das metáforas, é interessante observar o seguinte exemplo de Davidson: “Certa vez, suponho, rios e garrafas não tinham, literalmente, bocas, como têm agora. Pensando sobre o uso atual, não importa se tomamos a palavra “boca” como ambígua, por ela se aplicar às entradas dos rios ou às aberturas das garrafas, assim como aos orifícios animais, ou se pensamos que há um único e amplo campo de aplicação que abarca ambos. O que importa de fato é que, quando “boca” é aplicada somente metaforicamente a garrafas, a aplicação fez o ouvinte notar uma semelhança entre aberturas animais e de uma garrafa. Uma vez que se tenha o uso presente da palavra, com sua aplicação literal a garrafas, não há nada mais para se observar. Não há nenhuma similaridade a ser buscada, pois ela consiste, simplesmente, em algo a que se refere com a mesma palavra”, Davidson (1992), pág. 41.



fazem não pode ser feito por nenhum tipo de comparação nem por nenhum tipo de sentido proposicional que seja parafraseável por meio de um discurso literal. Para Davidson, uma metáfora nos faz notar algo, ela “nos faz ver uma coisa como outra, fazendo algum tipo de afirmação literal que inspira o *insight* ou leva a ele”⁶. Isto é, a metaforização não consiste, de acordo com ele, em um tipo especial de conteúdo semântico, mas sim em um certo uso de sentidos literais que tem por efeito uma compreensão das coisas que ultrapassa as dimensões do que foi dito literalmente. O emprego metafórico das expressões caracteriza-se exatamente pelo fato de que se usa o sentido literal para chamar a atenção dos ouvintes/leitores para algo, e “não há limite naquilo para que a metáfora atrai nossa atenção, e muito do que somos levados a observar não é proposicional por natureza”⁷.

Não havendo, para Davidson, pelos motivos acima expostos, nenhum sentido além do literal, não há também um valor de verdade das sentenças metafóricas que seja diverso do valor de verdade a elas atribuído quando de seu uso literal. Assim, sentenças como (1), (2) e (3) seriam falsas simplesmente pelo fato de pessoas não poderem ser literalmente identificadas quer com animais quer com objetos inanimados. Não haveria nem verdade nem falsidade metafórica por não haver nenhum sentido além do literal.

Apesar de inegavelmente interessante, a posição de Davidson parece-me inaceitável por três motivos distintos. Em primeiro lugar, ela acaba por tornar por demais misterioso o modo de funcionamento das metáforas, uma vez que Davidson não esclarece de maneira alguma como a compreensão literal de sentenças pode ter como efeito um *insight* cujo conteúdo significativo não pode ser idêntico a esse significado literal nem pode ser expresso proposicionalmente. Em outras palavras, a sua teoria pode

até lançar luzes sobre o que as metáforas fazem, mas mantém na escuridão o modo como elas o fazem, e é esse ponto que é o decisivo. Em segundo lugar, sua análise não leva em conta a contribuição do contexto pragmático de produção e interpretação das metáforas para a fixação do sentido comunicado por estas. Ao descurar dessa dimensão pragmática da linguagem e tomar as sentenças – e não os proferimentos efetivos – como unidade de sentido, ele fica impossibilitado de refletir acerca de certos aspectos estruturantes da relação interacional e que são, a meu ver, fundamentais tanto para o reconhecimento do caráter metafórico de um discurso quanto para a compreensão do sentido das metáforas⁸. Em terceiro lugar, creio que o fato de que nós efetivamente argumentamos a favor ou contra sentenças compreendidas metaforicamente indica que há, a despeito de Davidson, sentidos metafóricos das sentenças, os quais podem ser objeto de atribuição de valor de verdade. Diante da afirmação, por exemplo, de que Sam é um porco podemos tanto concordar com o que é dito, considerando que a pessoa em questão realmente merece ser caracterizada dessa forma, como também podemos afirmar a falsidade dessa atribuição, elencando razões que dariam suporte para a afirmação contrária. A existência dessa nossa prática argumentativa cotidiana acerca de proposições metafóricas combina mal com a concepção de Davidson, indicando a insuficiência dessa concepção.

Enquanto Davidson considera que os discursos não podem possuir, estritamente falando, um sentido metafórico, uma vez que o uso metafórico das palavras não deve, sob pena de incompreensão radical do fenômeno que se quer analisar, ser identificado aos casos de homonímia, Searle defende a tese de que podemos falar de um sentido metafórico desde que não o tomemos como sendo um sentido que as sentenças possuiriam ao lado de seu sentido literal. Para isso, ele desloca o eixo de sua análise das sentenças tomadas por si mesmas para as emissões

⁽⁶⁾ Davidson (1992), pág. 51.

⁽⁷⁾ Davidson (1992), pág. 50.

⁽⁸⁾ Na segunda e na terceira seção do presente trabalho espero mostrar em traços largos, seguindo Searle e Grice, em que medida a consideração das condições da situação de comunicação pode ajudar a tornar um pouco menos misterioso o mecanismo de de decifração das metáforas.

concretamente realizadas pelos falantes. Uma emissão seria metafórica quando se constatasse uma diferença entre o que o falante efetivamente diz e aquilo que se julga que ele quis dizer. Isto é, o discurso é metafórico quando o falante diz alguma coisa para significar algo distinto daquilo que é dito. Esse “segundo” sentido, contudo, diferentemente do que Davidson sustenta, não consiste, para Searle, em um sentido adicional da sentença proferida, sendo, ao contrário, atribuído às intenções do falante quando da realização do proferimento. O que constitui o próprio do discurso metafórico é, segundo Searle, precisamente essa tensão entre o sentido literal das sentenças proferidas e o conteúdo significativo que é compreendido como sendo o que o falante realmente quis dizer. Searle diferencia, assim, em um proferimento metafórico o significado da sentença do significado do falante e considera que ambos possuem uma estrutura proposicional.

O ponto principal da posição de Searle é a idéia de que o *locus* da metáfora é não a sentença tomada por si, mas sim o proferimento, pois somente podemos falar de metáforas quando consideramos haver uma diferença entre o sentido do enunciado e uma intenção de significação que atribuímos ao falante. Isso significa que apenas quando tomamos uma sentença como tendo sido enunciada por um sujeito dotado de intenções é que podemos tomá-la por metafórica. Desse modo, não passamos, em uma metáfora, de um sentido de uma dada sentença para um outro sentido dessa mesma sentença, mas sim para um outro conteúdo significativo que julgamos intencionado pelo falante.

Nas próximas duas seções tentarei delinear as conseqüências dessa idéia para a questão da determinação dos critérios de identificação e interpretação de metáforas.

II

Como se reconhecem metáforas

Imaginemos que, caminhando por uma rua deserta, encontremos uma folha de papel trazida pelo

vento na qual esteja, sem qualquer indicação acerca do autor, escrita a sentença

(4) José é um padre

e que nos perguntemos se se trata de uma sentença a ser compreendida literal ou metaforicamente. É claro que perceberemos logo que não dispomos de elementos suficientes para fundamentar qualquer decisão acerca desse ponto. Tanto é possível que o autor da sentença tenha querido dizer literalmente que o José em questão é um sacerdote ordenado pela igreja católica, como também pode estar querendo se referir metaforicamente ao fato de esse José possuir um comportamento social mais adequado a um casto sacerdote do que a alguém plenamente integrado aos prazeres e dissabores da vida secular. Não podemos tomar uma decisão nesse caso por nos faltarem certas informações referentes a José e ao contexto no interior do qual o autor produziu essa sentença.

O que é relevante aqui para a questão da determinação dos mecanismos empregados por nós quando da atribuição de sentido metafórico a uma sentença é compreender exatamente em que medida essas informações acerca do sujeito tratado pela sentença e da situação na qual ela foi proferida nos auxiliam a optar por uma interpretação metafórica do que é dito. Isto é, trata-se de determinar o que nos faz pensar que através de um certo proferimento o autor quer dizer algo distinto do que o que ele diz literalmente.

Voltando ao nosso exemplo, creio que seríamos levados a interpretar (4) metaforicamente caso pensássemos previamente (a) que o falante da sentença acreditava que José não é padre e (b) que o falante acreditava que os seus interlocutores também compartilhavam dessa mesma convicção. Quer dizer, para que se considere que o proferimento da sentença (4) tem por sentido não a afirmação literal de que José é padre, mas sim um sentido metafórico qualquer, é necessário que creiamos que o falante considerava falsa a sentença (4) em seu sentido literal, julgando,



ao mesmo tempo, que aqueles a quem seu proferimento é dirigido também a consideravam falsa. A convicção — presumidamente — compartilhada pelo falante e pelos seus interlocutores da falsidade de (4) em seu sentido literal é que faz com que se suspeite de que o falante tenha querido mais propriamente comunicar algo de distinto desse sentido literal. Isto é, é por considerar que o falante julga ser (4) falso em seu sentido literal e por achar que ele, além disso, também supõe que os ouvintes concordem quanto à falsidade de (4) é que esses ouvintes passam a suspeitar que o falante — para usar a expressão de Grice — tenha implicado um conteúdo semântico distinto daquele expresso literalmente pela sentença por ele formulada.

Paradoxalmente, a mesma suspeita se instala quando os ouvintes consideram ser tão trivialmente verdadeira a sentença proferida tomada literalmente que não cabe pensar na possibilidade nem do próprio falante ter qualquer dúvida quanto ao seu valor de verdade, nem deste julgar que os ouvintes possam porventura desconhecer essa verdade. Se em uma situação de interação conversacional alguém profere, por exemplo, a sentença

(5) Mãe é mãe

parece claro que muito pouco provavelmente algum dos interlocutores pensará que o falante está dizendo uma tautologia, que não traz em si nenhum sentido novo, uma vez que é evidente que cada coisa é idêntica a si mesma. Ao ouvinte que interpretar esse proferimento nesse sentido e externar essa compreensão será, creio, possivelmente dito que ele não compreendeu o que o falante realmente quis dizer com (5). Quando o falante diz coisas que são quase consensualmente consideradas tautológicas e triviais, a tendência dos ouvintes é buscar o sentido metafórico do proferimento.

A senha para a busca de uma possível significação metafórica do que é dito parece ser, então, a percepção de uma certa ameaça de abandono por parte do falante do, assim batizado em Grice

(1992), “princípio de cooperação”. Ao perceber que a interpretação literal de um certo proferimento implica a violação de alguma das máximas estruturantes da interação discursiva, os ouvintes passam a procurar no proferimento realizado um sentido implicado que seja mais compatível com o caráter cooperativo da conversação. O pressuposto dessa postura é, então, precisamente a idéia de que os participantes de uma conversação buscam comportar-se de uma maneira tal a torná-la possível, evitando, assim, dentre outras atitudes não-cooperativas, afirmar proposições que julgam falsas, ou fornecer informações irrelevantes para o propósito da conversação em curso. Diante, por exemplo, de uma proposição que desrespeita a máxima da qualidade, se interpretada literalmente, tal como

(1) Sam é um porco

os ouvintes, para evitar uma desqualificação do falante enquanto participante de um diálogo cooperativo, tentam compreender o que o falante quis implicar através dessa sentença patentemente falsa. A atitude dos ouvintes nessa situação é, portanto, a de buscar um sentido diverso do literal, e cuja explicitação possibilite que se continue a encarar o falante como um parceiro aceitável de um diálogo. O mesmo ocorre quando o falante formula uma sentença vácuca em informação — como, por exemplo, (5) —, que desrespeita a máxima da quantidade.

Resumindo, o critério utilizado pelos ouvintes que interpretam um dado proferimento para optarem por se contentar com o sentido literal deste ou por buscar uma possível significação metafórica consiste na adequação — ou inadequação — da sentença assim compreendida ao contexto conversacional, levando em conta que toda conversação cooperativa deve ser regida pelas máximas estabelecidas por Grice. Ao menor sinal de desrespeito dessas máximas por parte de um dos participantes do diálogo, seus interlocutores, antes de deixarem de levá-lo a sério como participante cooperativo, tentar compreender um possível sentido não literal implicado no que ele diz.

III

Como se interpretam metáforas

Uma vez tendo optado por buscar compreender o que é implicitado de forma não-literaI em um certo proferimento, os ouvintes têm de desenvolver estratégias interpretativas para conseguir decifrar o sentido intencionado pelo falante. A questão que resta, assim, é de como pode ser possível que se compreenda algo de distinto do que é literalmente dito. Para conseguir responder a essa questão, devemos refletir novamente acerca do que vem a ser uma metáfora.

O que caracteriza as metáforas é o fato de que nelas predica-se de alguma coisa (digamos, seguindo a nomenclatura de Searle, de um *S*) uma propriedade (digamos, *P*) que ao ser atribuída a esse *S* gera uma sentença, cujo sentido literal faria com que o comportamento do falante fosse tomado, pelos seus interlocutores, como não-cooperativo. A atitude que se espera dos ouvintes nessas circunstâncias é a de considerar que o falante quis dizer algo distinto do que ele disse literalmente. Deve haver, então, um sentido conversacionalmente implicitado pelo falante e que cabe aos ouvintes descobrir. Seguindo novamente Searle, gostaria de formalizar o sentido metafórico implicitado pelo falante ao dizer que *S é P* através expressão *S é R*. O que é próprio do discurso metafórico é, assim, que nele é dito literalmente que *S é P* com o objetivo de se comunicar que *S é R*.

Entretanto, apesar da atribuição literal de *P* a *S* ser pragmaticamente defectiva⁹, ela é, obviamente, o único ponto de partida do qual podem dispor os ouvintes com o fito de determinar o sentido implicitado pelo discurso metafórico do falante. Isso significa que a determinação do sentido metafórico *S*

é *R* deve, de alguma maneira, envolver o sentido literal *S é P*.

Parece claro que essa passagem de *S é P* a *S é R* deve se dar através do estabelecimento de algum tipo de relação entre *S* e *P*, pois, caso o falante substituísse a propriedade atribuída literalmente a *S* por uma outra qualquer, o sentido metaforicamente implicitado pelo seu proferimento também seria radicalmente alterado¹⁰. De alguma maneira, é em função de dizer que *S é P* que o falante pode implicar que *S é R*.

Julgo que a hipótese mais plausível para se explicar a possibilidade dessa passagem consiste na idéia de que tanto o falante como seus ouvintes creem que *S* e *P* – apesar de ser conversacionalmente não-cooperativa a atribuição literal de *P* a *S* – devem possuir um certo conjunto de características comuns, de tal maneira que a interdição pragmática da aceitação literal de *S é P* “convidaria” a considerar que o que se quer comunicar é uma certa predicação de *S* que se assemelha em alguns aspectos à afirmação de que ele é *P*. Desse modo, seria a afirmação literal de que *S é P* que forneceria os elementos necessários para a compreensão de que *S é R*, uma vez que o que *R* expressa seriam precisamente os traços que se considera que *S* e *P* possuem em comum. Quando um falante diz, por exemplo, que Sam é um porco, o que os ouvintes fazem, para poder prosseguir com a conversação, é considerar que estão sendo por ele convocados a buscar o sentido da sua afirmação através da mobilização do que se pensa normalmente que pessoas e porcos podem ter em comum. É a um certo sistema de crenças acerca de semelhanças entre as coisas, que se presume compartilhado pelos participantes da conversação, que tanto o falante deve recorrer para formular suas metáforas quanto os ouvintes para poderem interpretá-la¹¹.

⁽⁹⁾ O que quero dizer com isso é que uma sentença como “Sam é um porco”, compreendida em seu sentido literal, é sintática e semanticamente irrepreensível, sendo, contudo, problemática do ponto de vista de sua asserção efetiva no contexto de uma conversação real e situada em um contexto específico.

⁽¹⁰⁾ Basta pensarmos, por exemplo, no fato de que se disséssemos que Sam é um leão, e não um porco, estaríamos diante de uma metáfora totalmente distinta da primeira.

⁽¹¹⁾ Gostaria de afastar aqui o possível mal-entendido de que essa concepção envolva a idéia – já recusada na primeira seção – de que as metáforas sejam, no final das contas, comparações. Em primeiro lugar, o sentido afirmado pelas metáforas não envolve o comprometimento com nenhum tipo de afirmação acerca do objeto correspondente ao predicado presente na sentença literal. Em segundo lugar, a similitude funciona nas metáforas como um mero mecanismo heurístico que conduz ao que se quer dizer efetivamente com elas, sendo uma similitude postulada e pressuposta, e não afirmada.



A interpretação de metáforas pressupõe, portanto, o recurso a uma determinada percepção de semelhanças entre as coisas do mundo, que os ouvintes julgam compartilhada com o falante. Assim, para interpretar o que o falante quis dizer metaforicamente com a afirmação literal de que *S é P*, os ouvintes lançam mão de um certo repertório de semelhanças relativo a *S* e *P* próprio da cultura à qual eles e o falante pertencem. É esse repertório que constitui o que há de mais característico às diversas cosmovisões e que torna extremamente difícil a interpretação de metáforas formuladas por pessoas pertencentes a culturas por demais diferentes da nossa.

No caso da interpretação da afirmação metafórica de que Sam é um porco, por exemplo, devemos levar em conta o fato de que as representações relacionadas na civilização judaico-cristã ao porco são na maior parte das vezes negativas e dizem respeito a falta de higiene (“porcos são sujos”), glotonaria (“porcos são glutões”) e obesidade (“porcos são gordos”). Desse modo, ao ouvirmos

(1) Sam é um porco

buscaremos provavelmente nesse repertório negativo de representações aquela que julgarmos estar sendo afirmada de Sam. Isto é, são essas representações que dirigem a nossa busca e que permitem que ela possua um foco, fazendo com que tenhamos de escolher qual o sentido intencionado pelo falante dentro de um número limitado de alternativas, tais como “Sam é sujo”, “Sam é um glutão” ou “Sam está demasiadamente gordo”. Nada pode nos garantir, contudo, que, no caso do nosso falante pertencer a uma outra cultura, o sentido intencionado por ele, pelo simples fato dos porcos nessa outra cultura serem encarados de uma maneira absolutamente diversa da maneira como o são na nossa, não seja completamente distinto dos acima esboçados.

○ que essa situação nos mostra é que o repertório das semelhanças subsistentes, do qual lançamos mão para determinar o domínio das interpretações metafóricas possíveis de um enunciado literal pragmaticamente defectível, possui uma dimensão inegavelmente cultural. Isto é, a interpretação adequada de uma metáfora pressupõe o

conhecimento — consciente ou não — do universo simbólico cultural no qual se insere o falante. Nesse sentido, é absolutamente imprescindível uma certa contextualização cultural de todo proferimento metafórico.

Entretanto, além dessa contextualização cultural faz-se necessária também uma contextualização conversacional mais específica, pois o que essa contextualização cultural nos oferece é simplesmente um conjunto de interpretações possíveis, sem, contudo, fornecer-nos um critério para determinar, dentre essas interpretações possíveis, qual seria a mais adequada. É pelo contexto de enunciação que os ouvintes podem compreender qual é efetivamente o sentido metafórico que o falante quer comunicar. Retomando o nosso exemplo, é unicamente por referência ao contexto efetivo dentro do qual é proferida a sentença (1) que se torna possível que se saiba o que o falante quis efetivamente implicar com essa sentença. Se ela foi proferida, por exemplo, quando se falava acerca de limpeza ou quando o falante deparou-se com a desordem reinante no quarto de Sam, o mais provável é que o sentido metafórico seja o de que Sam é uma pessoa que não obedece as regras de higiene majoritariamente seguidas no grupo ao qual ele pertence. Se o contexto for o de um jantar no qual Sam está comendo muito mais do que os seus comensais, sendo a observação claramente dirigida a esse seu comportamento, o razoável é que se pense que com a enunciação de (1) o falante quer dizer que Sam é um glutão, e assim por diante.

○ processo de interpretação de metáforas exige, então, que essas sejam consideradas a partir do contexto cultural e interacional no seio do qual elas são efetivamente produzidas e formuladas, levando-se em conta as representações compartilhadas pelo seu produtor e pelo auditório ao qual ela é dirigida.

Referências bibliográficas

- 1 ARISTÓTELES. *The Complete Works of Aristotle*, edited by Jonathan Barnes, Princeton, Princeton University Press, 1991.

- 2 COHEN, L. J. The semantics of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.) . *Metaphor and thought*. New York: CUP, p. 58-70, 1993.
- 3 DAVIDSON, D. O que as metáforas significam. In: SACKS, S (Org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes. p. 35-51, 1992.
- 4 FINGER, I. *Metáfora e significação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- 5 GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística*. vol. IV. Campinas. p. 81-103, 1982.
- 6 LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- 7 MILLER, G. A. Images and models, similes and metaphors. In: ORTONY, A. (Ed.) . *Metaphor and thought*. New York: CUP, p. 357-400, 1993.
- 8 ORTONY, A. The role of similarity in similes and metaphors. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. New York: CUP, p. 342-356, 1993.
- 9 PASCHOAL, m. S. Z. Em busca da elucidação do processo de compreensão da metáfora. In: PONTES, Eunice (Org.). *A metáfora*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 115- 130, 1990.
- 10 SEARLE, J. R. *Expressão e significado: estudo da teoria dos atos da fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.